

DADOS ABERTOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: envolvimento interno e divulgação para a sociedade

Karoline Marques Pires

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília na linha de Políticas de Comunicação e de Cultura e produtora cultural da Universidade de Brasília.

E-mail: karolinemarrispe@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a implementação e gerenciamento, nas universidades federais brasileiras, da Política de Dados Abertos, publicada por meio do decreto n. 8.777/2016, que obriga a administração pública brasileira a disponibilizar dados em formato aberto, de forma a aprimorar a cultura de transparência. Para que o propósito do estudo fosse alcançado, deu-se prosseguimento a análise, em doze universidades, do envolvimento da comunidade acadêmica na construção do Plano de Dados Abertos, do cumprimento do plano e da divulgação da política de abertura de dados para a sociedade, de modo a verificar se ela está sendo informada sobre a temática. Para dar andamento à investigação, utilizou-se as técnicas de análise documental dos planos de dados abertos e de entrevista estruturada com setores responsáveis pelo gerenciamento desses dados. De acordo com os resultados, foi possível constatar que há dificuldades por parte das instituições em cumprir com a política em questão. Em algumas delas, o cronograma de abertura dos dados não foi colocado em prática e, em outras, não há dados efetivamente em formato aberto, o que acaba por comprometer todo o trabalho realizado acerca da temática nessas organizações. Sugere-se um estudo aprofundado sobre a situação da Política de Dados Abertos em todas as universidades federais brasileiras.

Palavras-chave: Dados abertos. Universidades federais. Transparência pública

**OPEN DATA AT FEDERAL UNIVERSITIES: inner
envelopment and disclosure to society**

ABSTRACT

The present article discusses the implementation and management of the Open Data Policy – published through decree n. 8.777/2016 – and points how it has been developed within Brazilian federal universities. This decree forces Brazilian public administration to provide open format data, in order to improve the culture of public transparency. A study was conducted in twelve universities to analyze the engagement of the academic community in the construction of the Open Data Plan, moreover to monitor the compliance of the project and

the disclosure of the Open Data Policy to society, in order to verify if citizens are being informed about this subject. In this research, techniques of document analysis of open data plans and structured interviews within the sectors responsible for the management of these data were used in the investigation. According to the results, it was possible to verify that these institutions have difficulty fulfilling the policy. In some of them, the data publication schedule has not been put into practice and, in other cases, there is no open format data available, which compromises the work done on this subject within these organizations. This paper highlights the importance of further studies on mapping the data policy situation in all Brazilian federal universities.

Keywords: Open data. Federal universities. Public transparency.

1 INTRODUÇÃO

A exigência pela sociedade de maior transparência do Estado vem ganhando novos contornos nos últimos anos no Brasil. Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI (n. 12.527/2011) e, conseqüentemente, com as obrigações que ela traz, os diversos órgãos do setor público têm se organizado no sentido de atender ao novo normativo. Isso significa superar grandes barreiras internas, sejam elas estruturais, humanas, tecnológicas, que até pouco tempo atrás impediam que diversas informações viessem a público.

Desde a discussão em torno do projeto de lei, diversas pesquisas se debruçaram sobre os efeitos que tal norma alcançaria no país. Passados alguns anos, ainda é difícil detalhar de maneira clara os limites e possibilidades do acesso à informação no Brasil, especialmente levando em consideração a grande variedade de órgãos e suas dinâmicas específicas, mas os desdobramentos da lei, como a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (decreto n. 8.777/2016) já demonstra avanços consideráveis.

Por meio de tal decreto, fica a administração pública obrigada a disponibilizar dados em formato aberto, de forma a aprimorar a cultura de transparência. Essa abertura de dados vem acompanhada por um Plano de Dados Abertos - PDA, que objetiva organizar a disponibilização de dados de acordo com as características de cada organização, detalhando responsáveis e prazos para divulgação.

As universidades federais, como parte importante do Poder Executivo, também devem se adequar à nova realidade. Além de deterem informações sobre seu próprio funcionamento, dados sobre seus funcionários e sobre seu público, também possuem informações essenciais sobre pesquisas científicas, ensino, extensão, que, se disponibilizadas, podem contribuir com outras pesquisas e com iniciativas em prol da sociedade. Além disso, por atenderem uma grande parte da comunidade onde se encontram, essas instituições revelam amplas informações sobre as diversas regiões do país. São 63 universidades públicas federais¹, ou seja, há um imenso arcabouço de conhecimento disponível em cada uma delas.

Levando em consideração o exposto, objetiva-se neste artigo, verificar a participação das universidades federais brasileiras na Política de Dados Abertos. Para que o objetivo seja alcançado, pretende-se analisar o envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos, se este está sendo cumprido e também como está sendo a divulgação dos dados para a sociedade, de modo a verificar se as comunidades interna e externa à instituição estão sendo informadas sobre a existência dos dados abertos.

O artigo está dividido nas seguintes seções: primeiramente, será realizada uma breve revisão de literatura sobre temas atinentes à pesquisa, como democracia digital, direito à informação e dados abertos. Em um segundo momento, será detalhada a metodologia utilizada para a coleta de dados. Na terceira parte do artigo, serão analisadas as informações coletadas e, em seguida, estarão dispostas as considerações finais da pesquisa. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para o estudo do direito à informação em universidades, as quais, por suas peculiaridades, que serão explicitadas posteriormente, merecem especial atenção.

2 INTERNET, DEMOCRACIA E ABERTURA DE DADOS

O ambiente digital trouxe grandes contribuições para a participação do cidadão na vida democrática. Atualmente, é possível interagir com a administração pública por meio de diversos canais e plataformas. Muitos serviços públicos também são oferecidos na

¹ De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

internet, eliminando tempo em filas e gastos desnecessários. Além disso, o controle social do Estado tornou-se mais acessível, estando à distância de um clique, o que pode provocar maior exigência por parte da sociedade em saber o que está acontecendo na administração pública, quais são suas despesas e receitas, o que está sendo cumprido e o que não está. Como ressalta Bobbio (1997, p. 10) “pode-se definir a democracia das maneiras as mais diversas, mas não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder”.

Essa nova realidade, acompanhada de políticas públicas que proporcionem a participação de todos, permite maior conexão entre o Estado e o cidadão comum. Estamos diante da democracia digital:

O que podemos chamar de “democracia digital” lida com a complexa relação entre tecnologias digitais de comunicação e as práticas democráticas. Também serve para definir um emergente campo de estudo que se consolidou nessas primeiras décadas do século XXI (também sob a denominação de “e-democracia”, “democracia eletrônica” ou “ciberdemocracia”) (SILVA; BRAGATTO, SAMPAIO, 2016, p. 17).

O termo, de acordo com Gomes (2016), tem origem na década de 70, antes mesmo de a democracia digital se tornar uma alternativa viável e presente em nosso cotidiano. Somente na década de 90 e início dos anos 2000 as tecnologias digitais de comunicação tornaram-se parte da rotina das pessoas e, aos poucos, foram incorporadas a iniciativas democráticas.

A democracia digital é vista por alguns autores como uma forma de intensificar a participação do cidadão na vida pública, já que as condições para tal, por meio das tecnologias, são muito mais exequíveis do que solicitar ao indivíduo que exerça sua cidadania presencialmente.

Embora se admita que, cada vez mais, a finalidade econômica e os interesses privados tenham sido incorporados à dinâmica do ciberespaço, em oposição ao sentido comunitário inicialmente atribuído à rede, argumenta-se que as novas tecnologias têm o potencial de ajudar os governos a colocar em prática dinâmicas que objetivem uma maior participação da população na esfera política. O meio *online* tem se mostrado capaz de melhor fixar as mensagens, já que essas podem ter seu conteúdo acessado a qualquer tempo, de qualquer lugar, quantas vezes sejam necessárias (BITENCOURT; GAUTIER, 2013, p. 87).

A democracia digital, apesar de seus claros aspectos positivos, ainda possui grandes dificuldades para funcionar de maneira produtiva, de forma a alcançar os resultados esperados para a democracia:

(...) embora as iniciativas de democracia digital estejam largamente difundidas em diversos países e em diversos níveis da administração pública (local, regional ou nacional), também permeando os três Poderes (Executivo, Legislativo e também, em menor grau, o Judiciário), ainda não estão amplamente institucionalizadas na mesma proporção. Na maioria dos casos, são projetos que existem menos como uma política de Estado e mais como políticas de governo, ocorrendo assim avanços ou retrocessos a depender do tipo de governo e sua perspectiva ideológica. Não por acaso, projetos de e-democracia aparecem basicamente na forma de programas e excepcionalmente na forma de leis (SILVA; BRAGATTO; SAMPAIO, 2016, p. 27).

Dessa forma, mudanças de governo tendem a interromper projetos de grande relevância para a democracia digital. Como exemplo, temos o Gabinete Digital, iniciativa lançada em 2011 no Rio Grande do Sul e que funcionava como um canal de participação entre sociedade e Estado. Em 2015, com a troca de governador, o projeto foi descontinuado. Outra dificuldade, ressaltada por Marques (2016), se refere ao fato de que nem sempre as iniciativas de democracia digital se integram às decisões políticas. Existe o canal de participação do cidadão, o cidadão participa, mas não vê sua opinião levada em conta pelo Estado ao estabelecer uma política pública, por exemplo.

Além das dificuldades por parte do Estado em manter iniciativas de democracia digital, tem-se também as dificuldades por parte do público. Nem todos os cidadãos possuem acesso à rede ou sabem como usá-la de maneira efetiva para participarem ativamente da democracia. Marques (2016, p. 10) salienta que “compreendeu-se que ‘a *internet*’ não traz modificações automáticas; nós, usuários, é quem configuramos e utilizamos as ferramentas de maneiras diversas, com objetivos pontuais, influenciados por inúmeros fatores, a exemplo das condições de acesso”. Freitas complementa:

Como o acesso à *internet* é, hoje, fonte de informação, conhecimento e poder, o capital tecnológico-informacional perpassa todos os campos, sendo fundamental para viabilizar a aquisição dos mais diversos tipos de capital, seja ele político, econômico, cultural, científico ou outro. Assim como o capital político, a aquisição de capital tecnológico-informacional pressupõe condições específicas de formação social, cultural e educacional dos indivíduos. Quanto mais esse capital estiver presente

como parte integrante do processo de socialização de cada indivíduo, mais chances ele terá de obtenção de conhecimento, reconhecimento e, com isso, poder. Esse capital específico – ou conjunto de disposições adquiridas – é constituído por três elementos básicos: conhecimento específico, aparato material necessário para pôr em prática tal conhecimento apreendido e condições socioeconômicas que permitam a aquisição de conhecimento para lidar com os recursos necessários (FREITAS, 2016, p. 129).

Excluir parcela da sociedade do campo digital é reproduzir, na *internet*, a exclusão que já ocorre em tantos outros campos da vida social. A autora complementa que essa exclusão tende a ignorar culturas paralelas à dominante, dando pouco espaço de participação a essa população.

A ausência de informações relevantes sobre o setor público também prejudica a participação dos cidadãos. A transparência do Estado é condição fundamental para que a sociedade possa exercer o controle social, dar sua opinião e propor alternativas para a solução de problemas sociais, econômicos e políticos:

Tão valioso quanto aproximar os cidadãos de processos de tomada de decisão é muni-los de informações relevantes, qualificadas e compreensíveis, de modo a promover o maior nível possível de transparência do Estado a fim de tornar a participação civil esclarecida, qualificada e, conseqüentemente, eficiente. Do mesmo modo, é mister destacar a importância da responsividade dos agentes políticos e das instituições públicas através de processos de prestação de contas aos cidadãos (*accountability vertical*), uma vez que tais processos são cruciais para garantir o poder da esfera civil de monitorar e cobrar justificativas e esclarecimentos de condutas e decisões tomadas por agentes, agências e instituições do Estado acerca da condução dos negócios públicos. (AGGIO; SAMPAIO, 2013, p. 23).

Portanto, o direito à informação é fundamental para o desenvolvimento da democracia. A Lei de Acesso à Informação foi criada dentro dessa perspectiva e traz, para a realidade brasileira, o acesso como regra e o sigilo como exceção. Em suas duas vertentes de funcionamento, transparência ativa e transparência passiva, a norma obriga o Estado a atender as necessidades de informação que o cidadão possui.

Como complemento à Lei de Acesso à Informação e também, de forma geral, como reforço considerável às iniciativas de transparência no Brasil, tem-se a Política de Dados Abertos, promulgada em 2016 por meio do decreto n. 8.777. A iniciativa de abertura de

dados na administração pública brasileira compreende a participação do país em parceria internacional lançada em 2011:

Foi a participação brasileira na Parceria para Governo Aberto que conferiu maior atenção à temática no âmbito do Governo Federal. Em reconhecimento aos esforços na área de transparência pública, o Brasil foi convidado pelos Estados Unidos para copresidir a OGP (Open Government Partnership). Em seu 1º Plano de Ação Nacional, o Brasil assumiu 32 compromissos, dentre os quais destacam-se os de publicação de dados abertos por parte da controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério do Planejamento (MP) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O MP comprometia-se, ainda, com o desenvolvimento de um ambiente virtual para simplificar a pesquisa e o acesso aos dados (um portal), bem como de um arranjo institucional a sustentar a política de abertura (a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos) (POSSAMAI, 2016, p. 376).

Segundo definição presente no Portal Brasileiro de Dados Abertos, que reúne os diversos conjuntos de dados do setor público, dados abertos são dados livremente disponíveis para quem quiser utilizar e redistribuir, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Eles são baseados em oito princípios, instituídos por um grupo de especialistas denominados OpenGovData. Também disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos, estes princípios ditam que, para um dado se configurar como aberto, ele deve ser completo, primário, atual, acessível, processável por máquina, seu acesso deve ser não discriminatório, seu formato não proprietário e livre de licenças. Além disso,

Os dados abertos estão fundamentados em três pilares: transparência, participação e colaboração. A transparência promove a responsabilidade de informar os cidadãos sobre o que o governo está fazendo e que ações se pretende tomar. A participação permite aos cidadãos contribuir com suas ideias e competências, auxiliando o poder público a elaborar políticas eficazes e abrangentes, graças à informação amplamente dispersa em nossa sociedade. Essa colaboração aprimora a eficácia do Estado, encorajando a cooperação entre a sociedade, os diferentes níveis de governo e a iniciativa privada (MAZONI, 2011, p. 8).

A Política de Dados Abertos tem a finalidade de organizar a distribuição e divulgação de dados abertos no âmbito do Poder Executivo federal. Para fazer a gestão da política, o decreto n. 8.777 menciona a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), conjunto de padrões e procedimentos para a correta disseminação desses dados. Uma de

suas principais ferramentas é o Portal Brasileiro de Dados Abertos, que cataloga os diversos conjuntos de dados disponíveis no portal específico de cada órgão.

A publicação de dados abertos proporciona benefícios tanto para o setor público como para a sociedade:

No back-office, a publicação de dados governamentais em formato aberto facilita a própria comunicação intragovernamental, ao passo que reduz os pedidos de acesso à informação encaminhados via mecanismos de transparência passiva. Isso porque, ao serem publicados pró-ativamente e em formato interoperável, prescinde-se da celebração de convênios ou da instauração de processos administrativos junto às fontes para acessá-los e integrá-los (POSSAMAI, 2016, p. 372).

Além disso, a oferta de dados abertos permite que o cidadão crie novas maneiras de utilizá-los, como, por exemplo, estruturando aplicativos e ações que proporcionem melhorias na cidade, na própria administração pública, entre outros. “Na cultura de acesso, o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão” (CORDEIRO; MARTINS; SANTOS; RIBEIRO; PETRA, 2012, p. 2).

Adentrando o âmbito das universidades públicas, a disseminação de dados abertos também alcança grandes contribuições, como veremos a seguir.

2.1 Universidades públicas e dados abertos

As universidades federais brasileiras são responsáveis pela formação de grande quantidade de pessoas, tanto na graduação, como na pós-graduação. Além disso, desenvolvem pesquisas científicas que impactam diretamente em diversas áreas. Na mídia, sempre são representadas por especialistas que auxiliam no entendimento de diferentes situações, tanto na política, na economia, como em relação a outros temas. A universidade está presente na vida da cidade, possui projetos que impactam comunidades e também emprega grande número de pessoas. Como parte do Poder Executivo, as universidades também participam da Política de Dados Abertos. Estudar sua dinâmica em relação à divulgação de informações é compreender uma peça importante do setor público, que possui sua própria forma de funcionamento e grandes especificidades.

Uma estrutura institucional como a universitária, compreende uma coletividade – na qual se inserem docentes-cientistas, discentes e técnico-administrativos – com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicações, e se engaja em atividades que estão relacionadas com um conjunto de objetivos bem definidos. Como organização multifinalista, a universidade realiza, principalmente, o ensino, a pesquisa e a extensão, em suas mais diferentes formas e especificidades, como a pesquisa básica, a tecnológica, a aplicada, o ensino à distância e o presencial, cursos de extensão, consultorias em projetos e parcerias com outras organizações. Além destas atividades, há também inúmeros outros objetivos e realizações nas instituições universitárias, a exemplo dos serviços de comutação das bibliotecas, do atendimento a populações nos hospitais universitários, da venda de tecnologias, que não se reduzem, meramente, a atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido clássico destas palavras (TRIGUEIRO, 1999, p. 31).

O Brasil possui 63 universidades públicas. A Política de Dados Abertos permite que o cidadão tenha acesso, com mais facilidade, a diversas informações dessas instituições, que, mesmo com a Lei de Acesso à Informação - LAI, seriam repassadas a ele com certo vagar, tendo em conta que o prazo máximo da LAI para responder solicitações de acesso é de vinte dias, prorrogáveis por mais dez. Levando em consideração que as universidades são subdivididas em variados setores, as solicitações de acesso à informação percorrem algumas instâncias até chegar ao cidadão, o que gera certa demora. A própria Lei de Acesso à Informação é beneficiada com os dados abertos, visto que eles podem diminuir as demandas por acesso à informação.

Para potencializar a abertura de dados, as universidades, e todos os outros órgãos do Poder Executivo, devem construir um Plano de Dados Abertos (PDA), documento que orienta a divulgação dos dados, setores responsáveis por cada conjunto, formas de comunicação com a sociedade, entre outras questões. Além disso,

Conforme orientação, os PDAs também devem estar alinhados ao planejamento estratégico da instituição, para fins de priorização na agenda do órgão, bem como para a sua adequação às previsões orçamentárias. Também devem levar em consideração os planos diretores de tecnologia da informação (PDTI), tendo em vista que se precisam prever os insumos tecnológicos e humanos necessários para a abertura de dados. Para possibilitar esse alinhamento, as chamadas Estratégias Gerais de Tecnologia da Informação (EGTI) incorporaram os formatos abertos como padrão de dado, em consonância com a ePING. A EGTI consiste em documento bianual, editado pela SLTI-MP, com vistas a orientar o planejamento e a administração dos recursos de TI no Governo

Federal, de maneira ampla, e nos órgãos, por meio de seus PDTIs (POSSAMAI, 2016, p. 384).

Dessa forma, os PDAs são instrumentos norteadores para a política de abertura de dados em cada órgão e as características de sua construção são elementos importantes para verificar como cada instituição está se adequando à disponibilização dos dados.

Em se tratando de instituições relacionadas à educação, como as universidades, pensando-se em avanços futuros, podemos falar também em dados abertos de pesquisa:

A ideia de ciência aberta tem muitas faces e muitos significados, porém, o mais eloquente deles é o que reconhece, primordialmente, que o conhecimento científico é um patrimônio da humanidade e, que, portanto, deve estar disponível livremente para que as pessoas – cientistas ou não – possam usá-lo, reusá-lo e distribuí-lo sem constrangimentos tecnológicos, econômicos, sociais ou legais (SAYÃO; SALES, 2014, p. 77)

A abertura de dados de pesquisa vem acompanhada de muitos benefícios, como novas descobertas a partir do cruzamento de dados científicos, ausência de retrabalho, pois um pesquisador pode ter acesso ao que outro pesquisador está fazendo e assim aproveitar os avanços já realizados. Além disso, essa abertura também permite o controle social do cidadão. Diversas iniciativas científicas são custeadas pelo poder público, sendo, portanto, justo que a sociedade possa fiscalizá-las. Com o progresso das universidades em termos de abertura de dados, essa realidade pode tornar-se viável nos próximos anos e a socialização do saber, mais fluida:

Entendemos que a universidade deve ser caracterizada como uma instituição dedicada a promover o avanço e a socialização do saber e do saber-fazer; espaço de invenção, descoberta, produção de teoria e divulgação de novos conhecimentos; espaço de inovação, desenvolvimento de novas tecnologias e encaminhamento de soluções de problemas da realidade social (FÁVERO; SEGENREICH, 2004, p. 101-104).

A abertura de dados pode gerar múltiplas consequências positivas, como elencado neste tópico. Por mais que as universidades estejam próximas da sociedade, a disponibilização de dados pode tornar esse relacionamento mais frutífero. Ainda mais, pode melhorar a imagem dessas instituições, que, por diversos problemas estruturais,

ainda sofrem com a visibilidade negativa proporcionada pela mídia, por exemplo. Os dados abertos também podem auxiliar no próprio entendimento da comunidade acadêmica acerca do que se passa na universidade. Dessa forma, é relevante estudar como a Política de Dados Abertos vem sendo estruturada nesse tipo de instituição. A seguir, será detalhada a metodologia utilizada na pesquisa.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de verificar a participação das universidades federais brasileiras na Política de Dados Abertos, será dado prosseguimento ao método de pesquisa comparativo, que permite ressaltar diferenças e similaridades entre as instituições pesquisadas, conforme aponta Gil:

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim é que podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas ou sistemas políticos. Podem também ser efetivadas pesquisas envolvendo padrões de comportamento familiar ou religioso de épocas diferentes (GIL, 2007, p. 35).

É relevante destacar as semelhanças e diferenças entre as universidades em relação à criação e gestão da Política de Dados Abertos. Essa análise auxilia no entendimento acerca da importância do tema dentro das instituições federais de ensino superior. As universidades federais estudadas neste artigo são as seguintes:

- a) Universidade Federal de São João Del-Rei;
- b) Universidade Federal do Amazonas;
- c) Universidade Federal Rural do Semi-Árido;
- d) Universidade Federal do Espírito Santo;
- e) Universidade Federal de Goiás;
- f) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- g) Universidade Federal de Ouro Preto;
- h) Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- i) Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

- j) Universidade Federal de Roraima;
- k) Universidade Federal de Alfenas;
- l) Universidade Federal do Pampa.

Essas 12 instituições foram escolhidas para participar da pesquisa porque seu Plano de Dados Abertos constava no Portal Brasileiro de Dados Abertos à época da coleta de dados, realizada no mês de fevereiro de 2018. O fato de apenas essas universidades constarem no portal não quer dizer que são as únicas que possuem PDA. Outras instituições podem já ter publicado o documento, mas não terem enviado para lançamento no referido portal. Entretanto, como modo de trazer uma pequena amostra do universo das universidades públicas federais e para os limites deste artigo, optou-se pelo recorte citado. Ressalta-se que as instituições não serão identificadas na análise dos dados, como forma de preservar sua identidade.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram:

a) entrevista estruturada enviada por e-mail aos setores responsáveis pelo gerenciamento dos dados abertos nas universidades estudadas composta de onze questões, entre abertas e fechadas, sobre a Política de Dados Abertos. Novelli (2009) elenca algumas vantagens e desvantagens de cada tipo de questão. As perguntas abertas permitem conhecer mais profundamente a opinião do entrevistado, mas podem gerar respostas irrelevantes, levando o respondente a não expressar integralmente sua opinião. Além disso:

Ela gera grande volume de informações subjetivas que precisam ser objetivadas para tornar possível sua análise estatística. Esse processo é chamado de categorização das respostas abertas, ou seja, o conjunto de respostas é agrupado em categorias amplas que podem resumir o conteúdo de cada resposta individual (NOVELLI, 2009, p. 172).

As perguntas fechadas permitem uma maior comparação entre os entrevistados e facilitam a codificação das respostas, mas podem não apresentar todas as alternativas possíveis, de forma que o respondente pode não conseguir expressar sua opinião. Entende-se que os dois tipos de perguntas são relevantes para se ter acesso a informações sobre a Política de Dados Abertos das universidades.

b) análise documental do Plano de Dados Abertos e dos portais de dados abertos de cada universidade. Moreira (2009, p. 271) designa a análise documental como “a

identificação, verificação e apreciação de documentos para determinado fim”. A técnica utiliza dados de origem secundária, ou seja, dados ou informação já reunidos ou organizados. Neste estudo, os dados de origem secundária são oriundos do PDA e do portal de dados abertos de cada universidade.

As categorias de análise serão descritas no próximo capítulo detalhadamente.

3.1 Dados abertos nas universidades federais

Para que o objetivo da pesquisa seja alcançado, pretende-se analisar os dados abertos nas universidades de acordo com as seguintes categorias:

a) **Envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos:** neste tópico será discutido quais foram os públicos envolvidos na construção do PDA, como a comunidade acadêmica pôde participar do projeto e qual foi o período de construção. Objetiva-se entender se o Plano de Dados abertos trata-se de uma construção coletiva da instituição, de modo que a comunidade saiba sobre sua importância. A técnica de pesquisa utilizada nesta categoria foi a entrevista estruturada.

b) **Cumprimento do Plano de Dados Abertos:** será analisado se o PDA se encontra atualizado e se as instituições estão cumprindo com seu plano de ação, no sentido de disponibilizar os conjuntos de dados no período acordado. Além disso, será verificado se existe portal específico para abertura dos dados e, por último, se os dados divulgados estão realmente disponíveis em formato aberto e atualizados, duas condições imprescindíveis para sua reutilização. A efetiva participação na Política de Dados Abertos somente ocorre se as orientações a respeito do Plano de Dados Abertos estão sendo seguidas e se os dados estão efetivamente sendo divulgados nas condições apropriadas. Para verificar tais informações, utilizou-se tanto a entrevista estruturada, como a análise documental, referidas na metodologia.

c) **Divulgação dos dados abertos para a sociedade:** além da disponibilização efetiva dos dados abertos, é necessário que a sociedade saiba que eles existem e que estão disponíveis para uso. Desse modo, o objetivo deste tópico é analisar se as universidades estão promovendo sua Política de Dados Abertos em seus canais de divulgação, de forma que a sociedade tenha conhecimento sobre ela. A entrevista estruturada com o setor responsável pelos dados abertos foi utilizada para verificar estas informações.

Levando em consideração as categorias elencadas acima, têm-se os resultados a seguir:

3.1.1 Envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos

A fase de desenvolvimento do Plano de Dados abertos permite que os diversos públicos da comunidade acadêmica debatam sobre as melhores alternativas para disponibilização de dados abertos. É o momento de propor sugestões, planejar e verificar melhores formas de execução da política.

Os públicos participantes da construção do PDA em sete universidades foram os técnicos administrativos e docentes. Em quatro, apenas técnicos administrativos. Em nenhuma instituição houve participação de estudantes e uma delas não soube responder esta pergunta. Cada universidade possui suas próprias nomenclaturas para os setores, mas, de forma geral, estes foram os departamentos que mais estiveram presentes no grupo de trabalho para a construção do plano: ouvidoria (em cinco universidades), setor de planejamento (em seis universidades), setor de tecnologia (em onze universidades) e setor de administração (em quatro universidades). Uma instituição respondeu essa pergunta de forma genérica, de modo que não possível identificar os setores.

O período de construção do PDA foi relativamente rápido na maioria das universidades, levando em consideração que são instituições complexas, nas quais as decisões geralmente perpassam diversas instâncias antes de serem aprovadas:

A cultura universitária tem o seu vagar, o seu modo de tratar os assuntos, em incontáveis colegiados, conselhos, câmaras, comissões, instâncias. Uma reforma curricular, por exemplo, não leva menos que seis meses, salvo raras exceções; um processo de criação de curso, idem; transferências facultativas ou obrigatórias, pequenos reparos em equipamentos, contratação de serviços mediante processos licitatórios, realização de convênios, todos, mecanismos burocráticos e decisórios extremamente complicados, lentos e pouco transparentes (TRIGUEIRO, 1999, p. 86).

O processo de construção do PDA em dez universidades durou seis meses. Em uma, três meses e em outra, mais de um ano. Tendo em conta que se trata de um assunto novo

para as universidades, sobre o qual não há discussões anteriores, entende-se que o período de seis meses é admissível para debates desse porte.

Questionou-se também se a comunidade acadêmica foi ouvida pelo grupo de trabalho no período de construção do plano, seja por meio de eventos de discussão, de formulários de opinião, ou de outras formas. Uma das universidades afirmou que seus setores internos foram ouvidos, no sentido de fornecer ao grupo a lista de dados relevantes para abertura. Apesar de ser importante a opinião dos setores sobre quais dados são mais relevantes para abertura, a ampla participação da comunidade acadêmica e externa a respeito deste assunto também é de suma importância, visto que os departamentos internos podem omitir dados relevantes por acreditarem que podem comprometer de alguma forma a instituição.

A participação da comunidade acadêmica na construção do plano, de forma, geral, foi escassa. Em oito universidades, ela não foi ouvida. Em três instituições isso aconteceu, por meio de representações colegiadas, evento para discussão do tema ou formulário de opinião. Além disso, tem-se o caso específico de uma universidade relatado no parágrafo anterior.

3.1.2 Cumprimento do Plano de Dados Abertos

Deu-se prosseguimento à investigação sobre a execução correta do Plano de Dados Abertos em cada universidade pesquisada. Primeiramente, analisou-se se os planos catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos estavam atualizados, de modo que realmente se referissem ao período atual. Todos eles encontram-se em vigor, com pequenas diferenças em relação ao período de validade, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1 - Vigência do Plano de Dados Abertos das Universidades Pesquisadas

Período de validade do PDA	2016-2018	2017-2018	2018-2019	2017-2021	2018-2020
Quantidade de universidades	2	6	2	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos planos perderá o prazo de validade no final de 2018, de modo que os documentos terão de ser revisados. Ressalta-se que planos bianuais são mais comuns entre as instituições pesquisadas, o que, de certa forma, pode se relacionar ao processo de revisão de documentos internos da instituição, como o planejamento institucional.

Foi verificada a existência de portal específico em cada universidade para disponibilização dos dados abertos, bem como de documentos atinentes à temática. De acordo com a análise, nove instituições possuem *website* destinado à Política de Dados Abertos. Em uma universidade, os dados são dispostos na página do Serviço de Informação ao Cidadão e, em duas, não há qualquer registro de onde os dados são disponibilizados. Faz-se interessante notar que os planos de dados abertos das instituições que não possuem o referido portal trazem, em suas disposições, a necessidade de criação de tal endereço na internet para publicação dos dados. Entretanto, isso ainda não foi realizado.

Apesar de a maioria das instituições pesquisadas possuírem endereço para publicação dos conjuntos de dados abertos, é necessário verificar se os dados estão sendo realmente disponibilizados e, ainda mais, se cumprem com os requisitos para se configurarem como abertos. Para empreender o exame, foram analisados os cronogramas de abertura de dados dispostos no PDA de cada universidade, comparando-os com as informações presentes nos referidos portais. Os cronogramas trazem previsões para abertura dos dados. Verificou-se se estas previsões foram respeitadas.

Na tabela a seguir tem-se o quantitativo de: conjuntos de dados citados no PDA para abertura; conjuntos de dados disponibilizados no portal de acordo com a data prevista no PDA; conjuntos de dados disponibilizados com atraso em relação à data prevista no PDA; conjuntos de dados constantes no PDA e não disponibilizados; e o total de conjuntos de dados disponíveis atualmente em cada portal. As universidades foram nomeadas de A a L, de modo que sejam preservadas suas identidades. Células ocupadas por um tracejado significam que não foi possível realizar a contagem por ausência de informações no PDA ou no portal da universidade.

Tabela 2 - Cumprimento do cronograma do PDA quanto à abertura de dados

Universidade	Conj. de dados citados no PDA	Conj. de dados disponibilizados na data prevista	Conj. de dados disponibilizados com atraso	Conj. de dados não disponibilizados	Conj. de dados disponíveis no portal
A	11	11	0	0	11
B	7	-	-	0	7
C	9	7	1	1	9
D	4	4	0	0	5
E	8	0	0	8	0
F	11	7	4	0	14
G	-	-	-	-	42
H	6	0	0	6	0
I	-	-	-	-	58
J	32	0	0	32	0
K	12	-	-	7	12
L	-	-	-	-	10

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 2, poucas universidades disponibilizaram dados abertos na data prevista no cronograma do PDA. Apenas as instituições A, C, D e F disponibilizaram a maioria dos conjuntos de dados citados no Plano de Dados Abertos, ou seja, menos de 50% das instituições pesquisadas. Ressalta-se que em alguns casos, foram encontrados dados no portal que não constavam no PDA. Por isso, o portal de algumas universidades apresenta quantitativo de dados divergente em relação ao quantitativo citado no PDA.

O Plano de Dados Abertos das universidades G, I e L não possuem discriminados os dados candidatos à abertura, de modo que não foi possível realizar a análise. No caso das instituições B e K, não há informações disponíveis em seus portais acerca da data de criação dos conjuntos de dados, de forma que não foi possível verificar se foram disponibilizados com atraso ou não.

Faz-se interessante ressaltar que as instituições H e J, que não possuem nenhum dado aberto, também são aquelas que não possuem portal específico para disponibilização dos dados.

Mesmo que haja dados disponíveis em alguns portais de universidades, ainda é necessário verificar se estes estão em formato reutilizável. Caso contrário, não são proveitosos. Na tabela 3 estão dispostas as universidades na mesma ordem da tabela 2. É

possível visualizar a quantidade de conjuntos disponíveis no portal, quantitativo de dados em formato aberto e quantitativo de dados atualizados.

Consideram-se atualizados aqueles conjuntos de dados que foram criados e/ou atualizados a partir de agosto de 2017, ou seja, há, no máximo, um semestre atrás. Dados mais antigos não são considerados atualizados, pois o segundo semestre do ano passado já poderia prover novas informações às bases de dados das universidades.

Tabela 3 - Características dos conjuntos de dados abertos

Universidade	Quantidade de conjuntos de dados disponíveis no portal	Conjuntos de dados disponíveis em formato aberto	Conjuntos de dados atualizados
A	11	11	11
B	7	0	7
C	9	9	0
D	5	5	5
E	0	0	0
F	14	14	14
G	42	42	42
H	0	0	0
I	58	58	58
J	0	0	0
K	12	0	-
L	10	10	10

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível inferir da tabela 3 que seis universidades possuem dados em formato aberto (no caso, .CSV) e atualizados. As universidades B e K não possuem dados em formato aberto, portanto, estes não podem ser reaproveitados, o que invalida a Política de Dados Abertos nessas instituições. A instituição C, apesar de possuir dados em formato aberto, não os tem atualizados, o que também prejudica sua reutilização. Percebe-se que há certa dificuldade por parte das universidades em seguir corretamente a Política de Dados Abertos. De um universo de 12 instituições, apenas metade cumpre adequadamente as diretrizes sobre dados abertos.

3.2 Divulgação dos dados abertos para a sociedade

Além de analisar os processos de construção da Política de Dados Abertos, bem como as características dos conjuntos de dados, é relevante verificar se a sociedade está sendo comunicada sobre a existência de tais informações. De nada adianta possuir uma boa Política de Dados Abertos se não há quem a utilize e faça proveito dos diversos dados existentes nos portais. Dessa forma, tem-se abaixo o quadro 1, que traz os canais de divulgação do PDA de cada universidade à época em que tal documento foi finalizado e também informações sobre se, atualmente, ocorre divulgação dos dados abertos nos canais de comunicação das universidades.

Quadro 1 - Canais de divulgação da Política de Dados Abertos em cada universidade

Universidade	Divulgação do PDA quando finalizado	Divulgação da Política de Dados Abertos atualmente
A	Aba de acesso à informação do portal da universidade	Não
B	Portal de notícias	Não
C	Portal de notícias, mídias sociais e e-mail	Portal de notícias e mídias sociais
D	Portal de notícias e jornal impresso	Portal de notícias
E	Portal de notícias	Portal de notícias
F	Portal de notícias	Não
G	Portal de notícias e mídias sociais	Portal de notícias e mídias sociais
H	Portal de notícias, mídias sociais e newsletter	Portal de notícias, mídias sociais e newsletter
I	Portal de notícias e TV universitária	Portal de notícias e TV universitária
J	Não	Não
K	Portal de notícias e mídias sociais	Portal de notícias
L	Portal de notícias	Porta de notícias

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que em quatro universidades a divulgação da Política de Dados Abertos não ocorre atualmente. A principal forma de veiculação dos dados abertos é por meio do portal de notícias, o que corrobora com o exposto na seção de comunicação dos PDAs, que traz como principal canal de divulgação os portais das universidades. Também foi questionado se as instituições têm conhecimento de alguma iniciativa por parte da sociedade advinda da disponibilização dos dados abertos, mas o retorno foi negativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição da Política de Dados Abertos constitui um grande salto em termos de transparência e de participação social no Brasil. A partir dela, algumas iniciativas para melhorar processos no setor público já foram criadas e há infinitas possibilidades pela frente, visto que a tendência é que cada vez mais órgãos publiquem dados abertos.

Como dito anteriormente, os dados abertos possuem muitos benefícios, mas há grandes desafios pela frente, como a correta disponibilização dos conjuntos de dados pela administração pública. Cada órgão possui sua própria rotina de funcionamento, seus processos internos, de modo que é necessário adaptar a execução da política levando essas especificidades em consideração. Há também dificuldades de entendimento sobre a própria política, visto que muitos dados não são publicados adequadamente.

As universidades, como parte deste universo, também possuem suas características próprias e, levando em consideração sua grande estrutura, também encontram dificuldades na mesma medida. Nesta pesquisa, foram investigadas doze universidades federais que possuem Plano de Dados Abertos publicado no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Foi possível verificar que os públicos diretamente envolvidos na construção da Política de Dados Abertos nestas instituições foram os técnicos administrativos e docentes. Não houve participação direta de estudantes ou de público externo às instituições, que possivelmente trariam contribuições interessantes para a política. Além disso, o fato de a ouvidoria ou de o setor de comunicação não estarem presentes no grupo de trabalho da maioria das universidades pesquisadas ressalta o caráter estritamente interno da política. O período de construção do PDA foi relativamente curto, em torno de seis meses. A participação da comunidade acadêmica no processo foi escassa, de forma geral, restringiu-se ao próprio grupo de trabalho responsável pela implementação das medidas.

Apesar de nove instituições possuírem portais específicos para disponibilização de dados abertos, menos da metade das instituições cumpre efetivamente com a política. Apenas quatro universidades disponibilizaram dados de acordo com as datas previstas no PDA. Além disso, apenas seis instituições possuem dados realmente em formato aberto e atualizados. Em quatro universidades, a divulgação da Política de Dados Abertos não é

realizada atualmente. E, no caso daquelas em que é realizada, utilizam-se poucos canais para tal.

Como afirma Trigueiro (1999), a universidade é provocada a mudar processos, a ajustar-se a novas demandas a todo momento e a vencer as pressões que sofre. É necessário que ela saiba se posicionar, esclarecer sua atuação e melhorar a sua imagem. Essas ações perpassam a resolução de problemas internos e, mais ainda, necessitam de planejamento e de transparência. A participação das universidades na Política de Dados Abertos é fundamental para que a sociedade tenha conhecimento do que se passa nessas instituições. Trata-se de um retorno à sociedade sobre o que é desenvolvido em suas dependências e com seus recursos.

De forma geral, o caminho ainda é longo para que as universidades se adaptem à Política de Dados Abertos. A investigação foi realizada em 12 de 63 universidades e o cumprimento efetivo das diretrizes sobre dados abertos não é satisfatório nessa pequena amostra. Faz-se necessário uma investigação com todo o universo de instituições para que se verifique se esta situação se repete em todas elas, de modo que se possa pensar em melhorias futuras para a Política de Dados Abertos nas universidades federais.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia Digital e Participação: Os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete digital: análise de uma experiência**. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013, p. 19-36.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTE DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Sítio oficial. Disponível em: www.andifes.org.br/. Acesso em: 12 mar. 2018.

BITENCOURT, Sandra; GAUTIER, Tiago. Comunicação pública e internet: limites e amplitudes no ambiente digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete digital: análise de uma experiência**. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013, p. 83-110.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ABERTOS. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: www.dados.gov.br/. Acesso em: 12 mar. 2018.

CORDEIRO, Antonio; MARTINS, Cláudia S. F.; SANTOS, Nilton Bahlis; RIBEIRO, Rodrigo Vieira; PETRA, Thiago. Governo eletrônico e redes sociais: informação, participação e interação. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jun. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Universidade, ciência e tecnologia (1985-2000): algumas questões. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 81-109.

FREITAS, Christiana Soares de. Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação – Política Digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 111-136.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 39-76.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini; ALMADA, Maria Paula. Novos Desafios para a Ideia de Transparência Pública. In: **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. 2015.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MAZONI, Marcos Vinicius Ferreira. O papel dos dados abertos para seguir construindo um novo Brasil. In: SERPRO. **CONSEGI 2011 – Dados abertos para a democracia na era digital**. Brasília: FUNAG, 2011, p. 7-9.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 269-279.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Pesquisa de opinião. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 164-179.

POSSAMAI, Ana Júlia. Portal Brasileiro de Dados Abertos: novas práticas para o fortalecimento da democracia e da gestão pública na Era Digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 365-392.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2014, p.76-92.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 17-38.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Sítio oficial. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/portal/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sítio oficial. Disponível em: <https://www.ufg.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Sítio oficial. Disponível em: <https://www.ufms.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sítio oficial. Disponível em: <http://www.ufop.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Sítio oficial. Disponível em: <http://ufrr.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Sítio oficial. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sítio oficial. Disponível em: <https://ufam.edu.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sítio oficial. Disponível em: <http://www.ufes.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Sítio oficial. Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sítio oficial. Disponível em: <https://ufrj.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Sítio oficial. Disponível em: <http://www.ufrn.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Sítio oficial. Disponível em: <https://ufersa.edu.br/>. Acesso em: 08 fev. 2018.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos ppg-au/ufba**, v. 9, n. 1, 2010, p. 45-62.

Recebido em: 25 de maio de 2018 Aceito em: 29 de janeiro de 2019
